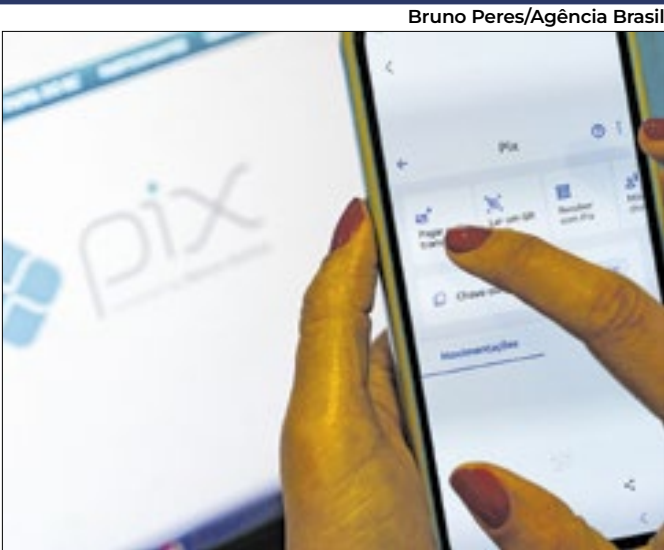


CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Bruno Peres/Agência Brasil

Aplicativo bancário para pagamento financeiro em Pix

Novas regras do Pix já estão em vigor. Confira

Já está valendo! Agora os bancos devem verificar com a Receita Federal as informações vinculadas ao Pix para evitar fraudes, como inclusão de pessoas mortas em chaves de terceiros. Anunciadas em março, as medidas de segurança entraram em vigor na quarta-feira (02). As novas regras devem afetar cerca de 8 milhões de chaves ligadas a CPFs em situação irregular na

base de dados da Receita Federal. Estas chaves poderão ser excluídas.

De acordo com o Banco Central, o principal objetivo da mudança é evitar que fraudadores insiram um nome diferente do registrado na chave Pix. Essa situação, que ocorre por erro das instituições financeiras, tem sido usada por criminosos para dificultar o rastreamento da fraude.

Vinculação

Código identificador de uma conta, a chave Pix permite registrar a origem e a destinação no sistema de transferências instantâneas. Ela pode estar vinculada a um CPF, CNPJ, número de telefone, e-mail ou um código aleatório composto por letras e números.

Cadastros

Dados de fevereiro passado, apontam que o BC tem 836 milhões de chaves Pix cadastradas, das quais 796 milhões são ligadas a pessoas físicas (CPF's). As inconsistências encontradas são: grafia inconsistente, titular falecido, suspenso, cancelado e nulo.



Divulgação

Setor de veículos afeta crescimento industrial

Indústria cai 0,5% em maio e recua pelo segundo mês

A produção da indústria brasileira recuou 0,5% em maio ante abril, marcando o segundo mês seguido de queda, depois de ter caído 0,2% de março para abril. O resultado foi puxado para baixo pelo setor de veículos e o impacto decorre também da trajetória crescente da taxa de juros no país. No entanto, em relação

a maio de 2024, o setor industrial apresenta expansão de 3,3%. No acumulado de 12 meses, a produção industrial cresceu 2,8%, deixando a indústria brasileira num patamar 2,1% acima do período pré-pandemia de 2020, mas ainda 15% abaixo do pico da produção industrial de maio de 2011.

IBGE

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada nesta quarta-feira (2), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na passagem de abril para maio, 13 das 25 atividades pesquisadas pelo instituto tiveram queda.

Juros

O analista aponta que a queda da indústria nos últimos meses tem a ver com os aumentos dos juros: “É claro que isso traz reflexos para o setor industrial à medida em que há encarecimento do crédito. Por parte das famílias, as decisões sobre o adiamento de consumo”.

Devolução

Segundo o gerente da pesquisa, André Macedo, os resultados de abril e maio atuam como uma devolução do crescimento mais intenso dos três primeiros meses do ano, período que chegou a acumular 1,5% na comparação com o patamar de dezembro de 2024.

Efeito

Os juros mais altos – atualmente em 15% ao ano – encarecem o crédito, de forma que desestimulam o consumo e investimentos produtivos, o que tende a, por um lado, frear a inflação e, por outro, desaquecer a economia. O efeito da Selic na inflação leva de seis a nove meses.

Senacon: queixas sobre consignado chegam a 40%

No primeiro quadrimestre do ano as reclamações saltaram

Por Martha Imenes

O empréstimo consignado, inicialmente criado para baratear o crédito de servidores públicos, atualmente chega a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e trabalhadores com carteira assinada (CLT). No entanto, o que prometia ser uma “salvação” nos momentos de aperto financeiro, virou vilão: as reclamações sobre esse tipo de crédito cresceram 40% no primeiro quadrimestre do ano, quando comparado a igual período do ano passado. Os dados são da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), que analisou as informações da plataforma consumidor.gov.br.

O levantamento mostra ainda que houve aumento em queixas relacionadas à cobrança por serviços ou produtos não contratados. Esses registros saltaram de 3.216 para 4.505 nos períodos analisados. A ausência de entrega do contrato ou da documentação relacionada ao serviço teve 5.838 registros. Em seguida, aparecem as cobranças



Joédson Alves/Agência Brasil

Pessoas idosas são mais vulneráveis e suscetíveis a cair em golpes financeiros

indevidas ou abusivas para alteração ou cancelamento contratual, com 3.061 ocorrências.

Ainda conforme a Senacon, os consumidores relataram dificuldades na relação com instituições financeiras, desde a obtenção de documentos até a finalização de contratos. Entre os problemas mais frequentes estão divergências no cálculo

de juros e saldo devedor (2.645 queixas) e a dificuldade em acessar boletos de quitação ou informações sobre os valores cobrados (2.347 casos).

Um ponto que não entrou no estudo da Senacon, mas que tem sido motivo de alerta e denúncias do INSS por meio de suas plataformas são os golpes contra aposentados e pen-

sionistas utilizando o crédito consignado como isca. E não é para menos, em dezembro de 2024, do total de 23 milhões de aposentadorias, cerca de 10 milhões têm empréstimos consignados.

Isso significa que uma grande parcela da renda dos aposentados é comprometida apenas com a quitação de dívidas.

Idec cobra medidas mais urgentes

A economista Ione Amorim, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), participou nesta quarta-feira (02) de audiência na Comissão do Idoso na Câmara dos Deputados. Ione afirmou ao Correio da Manhã que o caso de golpes contra a pessoa idosa precisa de medidas urgentes. “São pessoas com maior vulnerabilidade”, diz a especialista.

Um outro ponto tocado pela economista é o risco de

endividamento crônico causado pelo uso recorrente dessa linha de crédito devido ao prazo alongado de pagamento. “O consignado pode comprometer até 45% da renda mensal, com prazos que chegam a oito anos”, explica Ione.

E é aí que mora o perigo: o superendividamento da população com 60+. Por isso, é importante que familiares fiquem atentos a sinais indiretos:

- Contas básicas em atraso

(luz, água, telefone);

- Mudança de comportamento (irritabilidade, isolamento, tristeza);
- Repetidas solicitações de “pequenos” empréstimos;
- Redução visível no padrão alimentar ou na compra de medicamentos;
- Insistência em ajudar financeiramente filhos ou netos mesmo sem condições;
- Dificuldade para explicar gastos ou movimentações bancárias.

Causas do problema

- A perda do poder de compra devido à inflação;
- Aposentadorias que não acompanham os custos básicos;
- Pressão familiar para obtenção de empréstimos;
- Falta de educação financeira e planejamento;
- Exposição a práticas comerciais abusivas;
- Golpes e fraudes direcionadas à população idosa.

PF investigará ataque hacker no BC

A Polícia Federal (PF) investigará um ataque hacker contra uma empresa que presta serviços de tecnologia para instituições financeiras. Os criminosos invadiram os sistemas da C&M Software e conseguiram desviar recursos depositados por bancos em contas reservas mantidas no Banco Central (BC), segundo informações da Agência Brasil.

O ataque ocorreu na terça-feira (1º). Até agora, não há estimativas de quanto foi desviado. No entanto, o ataque não afetou nenhum cliente porque atingiu a infraestrutura tecnológica da C&M. Também não há informações oficiais sobre quantas instituições foram afetadas.

Os criminosos usaram credenciais vazadas de clientes da C&M, como login e senha, para acessar os sistemas da empresa. As contas reservas abrangem os recursos depositados



Pixabay/aichinger76

Ataque hacker aproveitou vulnerabilidade de plataforma

pelas instituições financeiras no Banco Central para cumprirem exigências legais de reservas na autoridade monetária.

“A C&M Software, prestadora de serviços de tecnologia para instituições provedoras de contas transacionais que não possuem meios de conexão

própria, comunicou ataque à sua infraestrutura tecnológica. O Banco Central determinou à C&M o desligamento do acesso das instituições às infraestruturas por ela operadas”, afirmou o BC em nota.

Com foco no desenvolvimento de soluções para opera-

ções no ecossistema de pagamentos instantâneos, a empresa de tecnologia administra a troca de informações entre instituições brasileiras ligadas ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Embora o SPB inclua o ambiente do Pix, não há relatos de desvio de recursos nessa modalidade de transferências instantâneas. No entanto, por causa do desligamento da estrutura da C&M do sistema de pagamento, há relatos de que alguns bancos tiveram operações Pix suspensas por alguns instantes na manhã desta quarta (02).

Em nota, a C&M Software informou ter sido “vítima direta” do ataque hacker, que incluiu o “uso indevido de credenciais de clientes” para tentar acessar de forma fraudulenta sistemas e serviços da empresa.

A C&M também informou que está colaborando com a PF, o BC e a Polícia Civil.

AGU pede homologação de acordo

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu nesta quarta-feira (2) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a homologação do plano do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para iniciar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Na semana passada, representantes do INSS e da AGU participaram de uma audiência de conciliação no STF e

informaram que o ressarcimento deve começar no dia 24 de julho. O que pode não ocorrer devido aos prazos de reclamação, resposta da entidade, contestação ou não do segurado, e novamente posicionamento da entidade e emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU).

No entanto, de acordo com a proposta, os pagamentos serão feitos de 15 em 15 dias, a partir da data inicial. Cada lote

deve contar com o ressarcimento de 1,5 milhão de beneficiários. Os valores serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação.

O acordo enviado para chancela do STF foi fechado entre a AGU, o INSS, o Ministério da Previdência Social, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal

(MPF). Caberá ao ministro Dias Toffoli, relator do caso, decidir a questão.

Além disso, a Advocacia-Geral da União aproveitou para retirar o pedido para que o Supremo determine a abertura de crédito extraordinário no orçamento para viabilizar o ressarcimento e a exclusão dos valores do teto de gastos da União para os anos de 2025 e 2026, segundo informações da Agência Brasil.